



PROGRAMA DO CONCURSO

AQUISIÇÃO DE GASÓLEO



MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 1.º
Identificação do Concurso

1. A **Câmara Municipal de Lajes das Flores** pretende adjudicar o fornecimento de combustíveis necessários ao funcionamento dos serviços municipais durante o período de **fevereiro de 2018 a dezembro de 2018**.
2. O concurso é intitulado **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS**

Artigo 2.º
Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a **Câmara Municipal de Lajes das Flores**, com o endereço na Avenida do Emigrante, n.º 4, Lajes das Flores, 9960-431 Lajes das Flores, telefone (00351) 292.590.800, fax (00351) 292.590.826 e endereço eletrónico: geral@cmlajesdasflores.pt.

Artigo 3.º
Órgão que tomou a decisão de contratar

A Câmara Municipal de Lajes das Flores em reunião realizada no dia 11 de janeiro de 2018.

Artigo 4.º
Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O Programa do Concurso e o Caderno de Encargos devem estar disponíveis nos serviços da Entidade Adjudicante, para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 157.º do Código dos Contratos Públicos, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. As peças do concurso devem ser integralmente disponibilizadas, de forma direta, na página eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.
3. Os serviços da Entidade Adjudicante devem registar o nome e o endereço eletrónico dos interessados que adquiram as peças do concurso.
4. A aquisição das peças do concurso não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo.
5. Quando, por qualquer motivo, o Programa do Concurso ou o Caderno de Encargos não tiverem sido disponibilizados, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando – se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.



Artigo 5.º **Documentos de Habilitação**

O Adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, e que se anexa ao presente convite (Anexo II);
- b) Comprovativo de não ter sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- c) Comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que são nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que são nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Comprovativo de não terem sido condenados pelos crimes de participação em atividades de organização criminosa, corrupção, fraude ou branqueamento de capitais.

Artigo 6.º **Documentos Constituintes da Proposta**

- 1. De acordo com a alínea a) do n.º 1, do Artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, os concorrentes deverão apresentar declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código Contratos Públicos, e que se anexa ao presente programa (Anexo I).
- 2. De acordo com a alínea b) do n.º 1, do Artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, os concorrentes deverão apresentar os documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

Artigo 7.º **Prazo para Apresentação dos Documentos de Habilitação Pelo Adjudicatário**

O Adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação, no prazo de dois dias a contar da data da notificação da adjudicação

Artigo 8.º **Documentos constituintes da proposta que podem ser redigidos em língua estrangeira**



MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES
CÂMARA MUNICIPAL

Todos os documentos que constituem a proposta são redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa.

Artigo 9.º
Propostas variantes

1. São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo Caderno de Encargos.
2. Não são permitidas a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10º
Prazo para a apresentação das propostas

1. O prazo para a apresentação das propostas é fixado até às 16 (dezassexes) horas das 72 horas a contar da data de publicação do anúncio no Diário da República.

Artigo 11º
Modo de apresentação das propostas:

1. As propostas são apresentadas em suporte papel e os documentos que as constituem devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita a palavra «Proposta» indicando -se o nome ou a denominação social do concorrente ou, se for o caso, dos membros do agrupamento concorrente, e a designação do contrato a celebrar;
2. O invólucro que contém os documentos que constituem a proposta pode ser entregue diretamente ou enviado por correio registado, devendo, em qualquer caso, a receção ocorrer dentro do prazo e no local fixados para a apresentação das propostas;
3. A receção dos invólucros será registada, anotando-se a data e a hora em que os mesmos são recebidos e, no caso de entrega direta, a identidade das pessoas que a efetuaram, sendo entregue a estas um recibo comprovativo dessa entrega.

Artigo 13º
Prazo de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 10 dias, não havendo lugar a prorrogação.

Artigo 14º
CrITÉrio de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela avaliação do preço.



2. O fator a ter em ponderação será o seguinte:
- a) D - Desconto por Litro (em euros, ao qual acrescerá o valor do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor);
 - b) Os valores são arredondados à quarta casa decimal. Verificando-se empate no valor final, terá vantagem a primeira proposta apresentada.

Artigo 15º **Formação do preço**

Com vista a controlar a variação do preço por litro de gasóleo ao longo do contrato, o mesmo será calculado da seguinte forma:

- a) $PF = (PDGEC - D)$ em que,
- b) PF corresponde ao preço final dos bens;
- c) PDGEC corresponde ao preço, do dia anterior à encomenda, do combustível indicado no site da DGEC (preço com impostos incluídos à taxa em vigor) <http://www.precoscombustiveis.dgge.pt>;
- d) D corresponde ao desconto constante na proposta do fornecedor.

Artigo 16.º **Contagem dos prazos**

- 1. Os prazos referidos no presente programa relativos ao procedimento de formação do contrato contam-se nos termos do disposto no artigo 87º do Código do Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.

Artigo 17º **Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente Programa de Concurso, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, e restante legislação aplicável.

Lajes das Flores, 11 janeiro de 2018

16



Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória



6

de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

b



ANEXO II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Público]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ...

(local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º